

LIVROS

*Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK**

de Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida

Chega de Saudade! – limites e contradições do nacionalismo triunfante
por Ramon Casas Vilarino**

Há cinqüenta anos tomava posse como presidente da República Juscelino Kubitschek. Entre 1956 e 1961, o Brasil passou por mudanças que justificaram o *slogan* da campanha de JK: “50 anos em 5”.

Olhando retrospectivamente, as lembranças desse período de nossa história geralmente trazem um país quase edenizado, quando tudo parecia dar certo. As marcas que a imprensa, a historiografia e os políticos contemporâneos insistem em recordar vão de encontro ao desenvolvimento industrial, à democracia, ao estilo de governo do presidente (“presidente sorriso” e “presidente bossa nova”), à inauguração da nova capital, metátese de seu Plano de Metas, à música, à arquitetura. Até no futebol o país se saía bem, com a conquista da sua primeira Copa do Mundo. Observado panoramicamente, tem-se a impressão de um oásis em nossa história, uma época de ouro, os “anos dourados”. Daí a sempre recorrente referência, por parte de presidentes e presidentes, a esse período e a seu “comandante” como exemplos a serem seguidos.

Num momento em que até a televisão reforça a nostalgia desses tempos, o livro de Lúcio Flávio de Almeida vem a público contrariar o canto geral. O título desta resenha foi buscado exatamente na denominação inicial da tese de livre-docência que deu origem a este livro. Insistindo nas questões do desenvolvimento e do nacionalismo, o autor propõe uma análise crítica dos anos JK, ligando o nacionalismo a um projeto de desenvolvimento capitalista dependente e associado. A bibliografia, comumente, distingue ambos.

Aliás, tratar de nacionalismo hoje, num mundo pós-Guerra Fria, quando a “globalização” – transnacionalização do capitalismo, para o autor – parece ter solapado todos os tipos de nacionalismos, para Almeida não é uma questão fora de lugar, já que esse processo de internacionalização do capital

* Segundo lançamento da Coleção RIEN (Relações Internacionais e Estado Nacional). Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

** Doutorando em Ciências Sociais pela PUC-SP e membro do NEILS.

suscita exatamente a ascensão de questões nacionais. Num momento em que a ideologia neoliberal dá sinais de esgarçamento, com a crise social provocada por políticas (neo) liberalizantes, o culto aos anos JK é reforçado, como se outra alternativa ao “mercado” não restasse ao país senão o seu “oposto”, ou seja, uma política de desenvolvimento capitalista com forte presença do Estado. Segundo o autor, trata-se de dois lados de uma mesma moeda.

Nos anos 1950, como, aliás, em quase toda a história econômica do Brasil republicano, a discussão sobre o desenvolvimento do país gira entre essas duas falsas alternativas: mercado ou Estado. Ora pendemos para um lado, ora reforçamos o outro. No período JK, o limite alcançado pelas lutas populares, até porque circunscritas entre esses dois marcos, foi uma participação mais ativa do Estado como condutor de um projeto de desenvolvimento, que, também por estar nos marcos do capitalismo dependente, fez-se acompanhar por um intenso processo de concentração e centralização de capital. Como “a industrialização jamais é socialmente neutra” (p. 23), Almeida problematiza o tal desenvolvimento e a idéia de modernidade daqueles anos. Junto com a indústria, vêm as relações de produção capitalistas, e, com estas, a dominação burguesa de classe. O núcleo dessa dominação, nos anos JK, foi o nacionalismo. O nacionalismo, que numa rápida e desatenta leitura, pode ser confundido com luta antiimperialista, é visto como um dispositivo ideológico a serviço do desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, cujas implicações foram, como diversos outros demonstraram, a redefinição da dependência em relação aos países capitalistas centrais, não a sua eliminação. Nesse processo de redefinição da dependência, alguns conflitos poderiam surgir, como surgiram, com os Estados Unidos, no entanto, deveriam ser administrados de tal forma que, não aparentando capitulação, não representassem, por outro lado, uma extrapolação dos marcos de dependência.

Todos, quase sem exceção, diziam-se nacionalistas naqueles anos. Até os que eram acusados de “entreguismo”, definiam-se nacionalistas. Cada grupo disputava a bandeira do “verdadeiro” nacionalismo, e, nesse sentido, o livro de Almeida ajuda a clarificar esse leque bastante amplo, e com muitas cores, constituído em torno desse movimento. Os industriais engrossaram o discurso nacionalista, na medida em que este favorecia o desenvolvimento industrial e o capital nacional com financiamentos e estímulos. A questão, para eles, era distinguir o “bom” do “mau” nacionalismo, como por exemplo, o nacionalismo nas mãos dos trabalhadores, que se apropriaram desse discurso e, com sua radicalização, poderiam colocar em risco o próprio sistema. Vinculava-se o “mau” nacionalismo, ou também “nacionalismo exacerbado”, à estatização de empresas estrangeiras, à reforma agrária e à distribuição de renda. Esse nacionalismo era quase

sinônimo de comunismo. E Juscelino tratou de mostrar o outro lado da democracia burguesa: a repressão. Sorriso e espada, segundo Almeida, andavam juntos.

Como o nacionalismo saía do controle exclusivo da burguesia industrial, e era cada vez mais encampado pelas classes populares, ao final do governo JK a aliança nacionalista já dava sinais de desgaste e crise, que desembocaria pouco depois no golpe de 1964, que ceifaria a carreira política de muitos expoentes daquele período, a começar pelo próprio Kubitschek, e tiraria da penumbra outros nomes, como Roberto Campos e José Maria Alkmin, que haviam perdido postos importantes naquele governo. O nacional-desenvolvimentismo – “nacionalismo triunfante” –, agora revisitado na análise de Almeida, permite apontar os limites e as contradições próprios desse fenômeno. Circunscritas nesse ideário, as lutas populares jamais conseguiriam superar a condição de dominação e exploração, uma vez que aquele movimento não visava a superação do capitalismo. Nem sequer foi antiimperialista. Ainda que o fosse, a luta antiimperialista pode simplesmente significar a redefinição da dependência em outra ordem, mas ainda assim capitalista. Uma luta anticapitalista, por outro lado, seria necessariamente também antiimperialista. Para Almeida, JK era nacionalista e crítico do lugar ocupado pelo Brasil no sistema internacional, ao mesmo tempo em que era pró-capitalista e anticomunista; era industrialista e adepto do intervencionismo estatal, sem deixar de ser favorável ao ingresso de capitais estrangeiros. Kubitschek foi hábil em articular noções como “desenvolvimento” e “industrialização” a “emancipação nacional” e “soberania”, escondendo nesse manto ideológico a dominação de classe burguesa.

Para uma segunda edição, que, esperamos, ocorra em breve, faz-se necessária uma revisão técnica, a fim de se corrigir detalhes que, no entanto, não tiram o prazer da leitura de uma obra que, ao analisar como foram cimentados processos ideológicos que favoreceram a dominação de classe nos “anos dourados”, contribui para que a saudade diminua e, como o próprio autor, recorrendo a uma formulação clássica, aponta, possamos transformar o Brasil, e, talvez o mundo, “recolhendo a poesia do próprio futuro”.